



SP: Empresa de segurança é condenada por morte de PM que fazia “bico” em escolta

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma empresa de segurança privada a indenizar a família de um policial militar que morreu num assalto quando fazia “bico” na escolta de um caminhão de mercadorias.

O relator do recurso, ministro Vieira de Mello Filho, chamou atenção para a atividade precária da segurança, pois o contratante se amparou na formação militar do policial e negligenciou as normas necessárias para a contratação do serviço especializado do segmento, conforme estabelece a Lei 7.102/83.

“O vigilante para atuar na profissão passa por formação e reciclagens rigorosas, fiscalizadas pela Polícia Federal. Precisamos quebrar a imagem de que o vigilante é um “guardinha”, que sem preparação é possível realizar a segurança privada



só porque é bombado, lutador, polícia ou o que for. O segmento da segurança privada é específico, precisa de um treinamento específico e é coisa séria”, afirma João Soares, Presidente da CONTRASP.

A ilegalidade é uma realidade em todo o país e uma das bandeiras de luta da CONTRASP, que atua para acabar com a clandestinidade na segurança privada.

O agravo surge, não pela profissão da polícia militar ou qualquer outro perfil, e sim por burlar a lei que rege a segurança privada no país, que exige um curso de formação, reciclagens e outros critérios de segurança, como o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) – que no caso, também não foi fornecido pela empresa.

O vigilante pode denunciar os casos irregulares ao seu sindicato, que tomará as providências junto

ao seu corpo jurídico no combate a clandestinidade. A segurança privada deve obedecer aos procedimentos de contratação para evitar prejuízos ao patrimônio e à integridade física dos funcionários, dos clientes, da comunidade e de todos envolvidos.

Sendo prestada unicamente pelo vigilante devidamente registrado e capacitado com o curso de formação, a CONTRASP ressalta que não existe o “vigilante autônomo” executado por Policial Federal, Civil ou Militar.

Semana violenta: companheiros na mira da morte em todo o Brasil



Diariamente, vigilantes são mortos, baleados e reféns em ações violentas. A CONTRASP convoca os vigilantes a se unirem na luta pela troca de armamento e extensão do porte de arma em defesa da vida na segurança privada

Os vigilantes do país enfrentam criminosos munidos com armamentos de guerra, portando apenas a honra e a coragem. A amarga realidade do segmento é a violência enfrentada diariamente na profissão, que não conta com armamentos qualificados para proteger a vida e o patrimônio.

Todos os dias, vigilantes são mortos, baleados, reféns e sofrem com a violência em serviço. Apenas na semana passada, foram vários os ataques violentos sofridos por companheiros que não contam com o direito de proteção.

A CONTRASP, Federações e Sindicatos

filiados convocam os vigilantes para se unirem as duas de suas maiores lutas: pela troca de armamento e pela extensão do porte de arma.

Os vigilantes unidos com as entidades sindicais muito já conquistaram. É uma união forte, que resulta em vitórias históricas. Trabalhamos na certeza que não podemos baixar a cabeça e aceitar a chacina na profissão. Junte-se ao seu sindicato, faça a diferença neste momento em que trabalhadores estão perdendo a vida. Tenha certeza que a participação de cada um é singular e importante.

Companheiros na mira

Na madrugada de ontem (10/12), cerca de 12 criminosos armados com fuzis atacaram uma agência bancária em Paraty (RJ), renderam os vigilantes em serviço, explodiram caixas eletrônicos e fugiram em lanchas. O pânico e terror tomou conta da região.

Em Porto Alegre, no sábado (09/12), um vigilante ficou ferido e uma mulher morreu num ataque a uma joalheria dentro de um hipermercado. Foram pelo menos cinco criminosos fortemente armados que participaram da ação.

Na sexta-feira (08/12) um vigilante foi mantido como refém por quatro bandidos armados, em Rondonópolis (MT), num assalto a um comércio no

bairro Jardim Montreal. Na ação, o trabalhador foi amarrado, sofrendo também violência física e verbal.

Já na quinta-feira (07/12), criminosos invadiram o galpão da Prefeitura de Três Lagoas (MS), rendendo e amarrando os vigilantes. Na última segunda-feira (04/12), um vigilante foi baleado em serviço numa tentativa de assalto ao seu posto de serviço, desta vez em uma escola em Porto Velho (RO).

São inúmeros os casos de morte, sequestros e violência na profissão. Muitas vezes, nem são noticiados pela imprensa. A CONTRASP não descansará na sua luta, em união com os vigilantes do Brasil, para atualizar o armamento ultrapassado da categoria e fornecer a extensão do porte de arma, em proteção à vida destes trabalhadores.

Entre outras iniciativas, estamos atuando para emplacar o PLS 16/2017, que permite armamentos de calibres maiores aos vigilantes. A extensão do porte de arma dos vigilantes, pelo direito de se proteger após o expediente, também é luta da CONTRASP, que está articulando com deputados e senadores, para que possam enquadrar estas urgências.

Essa luta é nossa!